



A EXCLUSÃO ESCOLAR E A AUTO-ESTIMA DE ADOLESCENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO¹

Felipe Ferreira de Oliveira; Profa. Dra. Quezia Vila Flor Furtado

*Universidade Federal da Paraíba – UFPB - ffelipe.educacao@gmail.com;
Universidade Federal da Paraíba – UFPB - queziaflor@yahoo.com.br*

Introdução

No Brasil, é cultural olharmos a escola, principalmente aquela financiada pelos poderes públicos, como um ambiente marginalizado, desestimulante e com uma estrutura arquitetônica próxima a presídios onde um dos objetivos primordiais é manter o aluno dentro de seus domínios sob a ideia de que terá mobilidade social.

Os adolescentes, sujeitos dessa obrigatoriedade, muitas vezes não encontram o sentido em permanecer quase um terço do seu dia cumprindo regras que lhe são impostas com a promessa de um futuro que parece tão distante e pouco nítido em seu imaginário. Muitos desses adolescentes não são estimulados dentro da própria escola, seja por parte da estrutura, currículo pedagógico e as práticas educacionais realizadas por muitos professores, que tem, em alguns casos, a única preocupação de encucar o conteúdo que acredita ser o ideal na mente dos alunos.

Devido à forte desigualdade social que é presente no país, a realidade de muitos estudantes de escola pública faz com que cheguem a esse ambiente sem as condições necessárias para desenvolverem uma boa aprendizagem e cumprir com as metas e objetivos que lhe são impostas em sala de aula. É comum encontrarmos adolescentes sem terem feito uma refeição antes de estar ali, fato que é comprovado cientificamente: a ausência de uma boa alimentação interfere diretamente na concentração antes de atividades que exijam relações e conexões neurais.

Ainda temos aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, que afetam a sua integridade física, como a não condição financeira, agressão e violência sexual, utilização de álcool e/ou drogas por familiares próximos como pai e mãe, que pode chegar a casos de abandono de

¹ Esse presente trabalho é fruto das análises iniciais do Projeto de Extensão PROBEX/2016 intitulado “A escolarização que promove superação de dificuldades e necessidades de aprendizagem da vida de adolescentes residentes em casas de acolhimento” vinculado a UFPB, que tem como coordenadora a Prof. Dra. Quezia Vila Flor Furtado.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

menores. E para estes casos, temos o respaldo legal no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que toda a criança que estiver com os seus direitos básicos não assegurados pelas pessoas responsáveis, deve ser destituída e encaminhada para uma casa de acolhimento até que a situação seja resolvida por meio de ação judicial (BRASIL, 1990),.

Em pesquisa feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) revelou no dia 8 de agosto de 2013 que 29,3 mil crianças estão institucionalizadas em casas de acolhimento ou casa lar, no Brasil. Essas crianças tem o direito assegurado pelo ECA de continuar a frequentar a escola, mas a escola está preparada para atender a realidade e os conflitos desses alunos? A falta ou a má formação profissional, o descaso dos órgãos públicos na valorização da área educacional e a não sensibilização dos funcionários que irão lidar com esse aluno já cabem por responder a minha pergunta.

Partindo do olhar do acolhido e aluno de uma instituição escolar onde simplesmente pelo fato de vir de uma realidade diferente da maioria já é visto e tratado de outra maneira, além das imposições que o próprio ambiente lhe traz, temos um individuo que dificilmente vai se adaptar nos padrões que lhe é determinado. A reflexão de que,

Além do déficit emocional em função de problemas familiares, do déficit cultural e do déficit de atenção, há uma nova explicação para os problemas na escolarização para compor o conjunto desse “ideário do déficit”: o mito criado em torno do “déficit” de autoestima. (SERIKAWA. 2015, p. 28)

A falta de apoio familiar e a própria situação de abandono somada a fase conturbada da vida, o compromisso com o desenvolvimento pessoal por meio de uma educação que não faz sentido e ainda sendo sustentada pelo julgamento superficial de terceiros, faz com que o jovem não crie perspectivas a partir de sua própria condição, onde apenas mantêm o desejo de dar continuidade ao desenvolvimento necessitando apenas do amor materno.

Por este contexto, desenvolvo a minha participação no projeto de extensão, com o objetivo de mediar situações de superação em processos de escolarização em fracasso, com adolescentes residentes em casas de acolhimento, vindo com este trabalho refletir sobre as primeiras ações desenvolvidas junto a dois adolescentes: Leonardo (14) e Jonatas (11).²

Metodologia

² Os nomes são fictícios com o objetivo de preservar a identidade dos adolescentes em situação de acolhimento institucional.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No primeiro momento, foi utilizada por meio da diagnose a ferramenta necessária para criar o primeiro contato com os adolescentes. Através do questionário, levantamos informações sobre os gostos pessoais, desejos e sonhos, procurando entender como era a visão de suas qualidades e defeitos, assim como é a relação com seus familiares mais próximos e as situações que os fizeram chegar a casa de acolhida.

Em um segundo momento foi realizada visita nas escolas em que estudam, com o objetivo de entrevistar a direção, coordenação pedagógica, professores, funcionários e colegas de sala a fim de fazer um levantamento de como este adolescente vivencia o espaço escolar.

Após o levantamento, os dados foram discutidos individualmente para que fosse feito um acompanhamento personalizado por meio da mediação, focando nas dificuldades e necessidades de aprendizagem de cada adolescente.

Discussão

Segundo os dados da Resolução de nº 109, de 11 de novembro de 2009, que regula o serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa, existem 10 residências na capital paraibana com função de acolhimento institucional atendendo desde de crianças e adolescente em situação de abandono ou destituídas de seus lares familiares, até adultos e pessoas com deficiência.

Dentre todas as casas, esse projeto de extensão está sendo realizada em parceria com o Abrigo Morada do Betinho, Casa de Acolhida Feminina e a Missão Restauração. Mas, precisamente, vamos aqui tratar o caso dos meninos da Morada do Betinho, localizada no Bairro dos Bancários, com idade entre 11 e 18 anos e atualmente conta com 8 adolescentes. A Morada do Betinho é de exclusividade masculina e existe uma grande rotatividade entre seus acolhidos, esse dado é explicado em parte devido a transferências de uma casa para outra, muitas vezes ligado a questões de comportamento ou indiferenças com outros meninos da casa. Outro fator que impossibilita a permanência do adolescente em um mesmo ambiente, facilitando a adaptação do mesmo com o local a qual foi designado, é o grande número de evasão das residências.

Aqui focaremos em retratar a situação de dois adolescentes. O primeiro, chamado Leonardo, tem 14 anos e está institucionalizado a pouco mais de 1 ano. Encontra-se no 6º ano do Ensino Fundamental II, em uma escola pública. Consegue reproduzir o seu nome com certa dificuldade, muitas vezes tendo dúvidas sobre alguma grafia. Não aprendeu a ler, apenas identifica algumas letras do alfabeto, principalmente aquelas contidas em seu nome.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No ambiente escolar não consegue se adequar a turma, pois quase não assiste aula, ficando a maior parte do tempo no pátio da escola ou entrando em alguma outra sala por curiosidade. Em conversa com o mesmo, explicou que não consegue permanecer em sala por não compreender o que os professores escrevem no quadro. Por não conseguir acompanhar os colegas, ficando com o tempo ocioso, acaba atrapalhando a concentração dos outros e muitas vezes é convidado a se retirar da sala. Um dos professores a qual entrevistei informou que não quer Leonardo na sala dele, por achar que ele não quer nada.

Leonardo possui laudo de hiperatividade, toma remédio controlado e tem o hábito constante de evadir da morada, passando mais tempo fora do que na casa. Costuma ter a mesma prática na escola, quando não tem nada para fazer, é comum pular o muro ou até mesmo enganar o porteiro para fugir.

A situação do segundo garoto, de nome Jonatas, é um pouco diferente. Tem 11 anos e está institucionalizado há alguns meses. Foi retirado de seu lar, pois se encontrava em situação de risco vivendo na rua e praticando pequenas infrações. Está na 4º ano do Ensino Fundamental I, também em escola pública. Consegue escrever sozinho o seu nome, mas sente dificuldade com o sobrenome, mas quando visualiza qualquer frase escrita consegue copiar, mesmo que para ele nada daquilo faça sentido. Seu comportamento na escola é inconstante devido à instabilidade de suas emoções. Também sente dificuldade em acompanhar seus colegas que já estão mais avançados na leitura e escrita e por passar quase 2 anos afastado da escola.

Hoje, os dois adolescentes citados se encontram em situações parecidas, estão institucionalizados no mesmo lar, possuem histórico de pequenos atos infracionais e também compartilham o mesmo sentimento de serem excluídos pelo processo escolar, nesse caso em níveis bem diferentes. O primeiro é visto como irreparável e incomodo por grande parte dos funcionários da escola, seu comportamento não é tido como exemplo para os demais alunos que o rejeitam. Já o segundo, por passar tanto tempo afastado e retornar no início do segundo semestre, é deixado de lado no planejamento da aula e tratamento da professora.

O fator da exclusão perante a escola aliada a todos os outros processos excludentes fazem com quem os adolescentes aumentem a sua baixa auto-estima, como volta a afirmar Serikawa:

a auto-estima é um fator explicativo para determinadas atitudes, principalmente para os comportamentos agressivos ou carentes de afeto de crianças ou adolescentes que tenham retornado às famílias de origem ou que ainda se encontram sob medida de acolhimento. (SERIKAWA. 2015, p. 32)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Ligado a essa baixa auto-estima vem acompanhado o sentimento de culpa por estar em situação de abandono, causando revolta que resulta no mau comportamento. Muitos desses adolescentes não criam nenhuma perspectiva de futuro, situação que faz com que não tenham nenhum interesse por qualquer atividade a qual tentem inseri-los e sintam dificuldades em criar laços fortes as pessoas que estão a sua volta.

Partindo desta constatação, o objetivo principal das atividades de mediação é possibilitar situações de reflexão sobre a sua própria identidade através do auto reconhecimento como sujeitos de sua própria história. Para isso desenvolvemos atividades que promovam a alfabetização junto a relatos de sua própria história de vida, o qual mediamos com o projeto “Fazendo a Minha História”. De iniciativa de um grupo paulista, o projeto já estava presente em algumas casas de acolhimento em João Pessoa. Sua construção é pautada na elaboração de um diário pessoal, onde cada um possui um livro que será utilizado através de temas propostos para a confecção de suas páginas. Nele o acolhido relata situações de seu presente, passado e desejos futuros para que ao fim tenha um registro pessoal de sua vida.

Conclusão

Apesar das dificuldades iniciais de adaptação, a criação do laço afetivo com os adolescentes são de longe as maiores dificuldades enfrentadas por aqueles que desejam participar do processo de mediação educacional ou conhecer a rotina deles. Muitas vezes por falta do que fazer e os comportamentos a que foram influenciados antes da Morada, é comum a mudança repentina de emoção, inquietude e desinteresse nas atividades propostas.

Por mais que existam leis que “garantem” os direitos dessas crianças e adolescentes, como ter um lar com pessoas que se responsabilizam ou a permanência na escola, a prática é totalmente diferente. Muitas casas acabam sendo como prisões ou não possuem estrutura nem opções de lazer fazendo com que a sua permanência seja pouco atrativa. A escola, que deveria ser um espaço mais democrático, acaba por evidenciar ainda mais a exclusão a qual esses jovens estão sujeitos.

Para uma mudança de perspectiva é necessário uma total integração entre os poderes públicos de diversos âmbitos, não só garantindo um local para morar ou uma escola para estudar, e sim fiscalizando todos os agentes em ações junto às crianças e adolescentes para que elas tenham meios de superar a sua própria condição.

Referências

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: jul. 2016.

G1, **Casas de acolhimento abrigam 30 mil menores no país, aponta relatório**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/casas-de-acolhimento-abrigam-30-mil-menores-no-pais-aponta-relatorio.html>>. Acesso em: jul 2016.

SERIKAWA, Fernanda Mendes. **A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em Acolhimento institucional**. Universidade Brasília, 2015.